

ppri.partido@proton.me

csm.roraima@gmail.com

29/04/2026 / n° 105

Manifesto do PPRI




PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

SIONISMO INTERVÉM NOS ASSUNTOS INTERNOS DO PAÍS PARA LEGITIMAR A LIMPEZA ÉTNICA E HOLOCAUSTO PALESTINO!

O PL 1424 de Tábata Amaral é uma arma de Israel para criminalizar a luta contra o genocídio palestino! Avançar na luta de classes para derrotar os sionistas e expulsar todos seus agentes políticos e diplomáticos de nosso território!

 O PL 1424/2026, de Tábata Amaral, que criminaliza as críticas contra Israel e a denúncia do genocídio palestino as caracterizando-as como “antissemitismo”, tem por principal objetivo reprimir e impedir manifestações e ativistas pró-Palestina se organizarem e agirem pelo fim do holocausto. É um ataque às liberdades democráticas de livre organização, manifestação e opinião. É uma intervenção direta do sionismo nos assuntos internos do Brasil, visando ajustar a lei brasileira à política de Israel. Por convicção ideológica ou por conveniência econômica, ou talvez ambas, Amaral se filou ao “exército” de políticos que no mundo todo pretendem normalizar o holocausto palestino e prover de imunidade aos sionistas.

A premissa de que a “coletividade” judia é sinônimo de um estado étnico-racial suprematista, desconhece que grande parte dessa “coletividade” rejeita a política colonial do Estado de Israel, e se declara antissionista por não compactuar com os crimes cometidos pelos sionistas em nome do judaísmo. Por isso o objetivo do PL é o de reconhecer legalmente as premissas do movimento sionista baseado na limpeza étnica da população nativa e da ocupação colonialista por estrangeiros de suas terras, recorrendo para isso às “leis divinas”, o que não passa de uma reprodução da teoria racial que deu forma ao regime nazista que também associava o Estado alemão à uma raça branca teutônica, que tinha “direito inalienável” de possuir terras e recursos do povos “inferiores” por ser seu destino histórico.

Amaral quer que seja impresso na lei brasileira que NUNCA existirá um estado palestino porque, ao reconhecer o direito de Israel reconhece como justificáveis os métodos praticados por um estado colonial e terrorista contra uma população nativa. Ou seja, o PL seria ainda um marco para legalizar a inexistência de direitos dos palestinos, árabes, cristãos e muçulmanos que habitam as terras ocupadas militarmente por Israel, introduzindo na legislação brasileira a noção de “cidadãos de segunda categoria” que os sionistas outorgam aos não judeus para justificar o apartheid e a limpeza étnica.

Sobre essa base, se viria inclusive a justificar a pena de morte a prisioneiros palestinos aprovada por Israel.

O marco jurídico que caracteriza os crimes por racismo em nosso país, que é o marco legal no qual se pretende inserir o PL, será deturpado ao introduzir e legalizar a ideologia racial que normaliza a limpeza étnica pela via do genocídio. É um “presente de grego” para a direita e ultradireita, para os grandes latifundiários e garimpeiros, que recorrem aos mesmos preconceitos raciais e suprematistas para justificar, por exemplo, os mais hediondos crimes praticados contra os povos originários.

É revoltante ver que parte dos deputados petistas tenham se prestado a assinar esse PL no primeiro momento, embora decidiram por retirar seu apoio após a revolta de parte de suas bases e a exposição pública. O recuo oportunista não apaga sua filiação ideológica ao sionismo e seu silêncio perante seus crimes contra a humanidade. Dentro do governo dito “progressista” operam os defensores do genocídio. Fato este que ficou ainda mais evidente com a realização do seminário sobre “antisemitismo” no dia 16/04, no Itamaraty. Não fosse a valente decisão e intervenção da reconhecida professora Arlene Clemesha em denunciar o genocídio palestino, o associando em suas raízes históricas e ideológicas com o holocausto judeu, ou seja, associando o sionismo ao nazismo, o governo teria acobertado sua decisão de dar palanque institucional ao sionismo, refletindo a cumplicidade de Lula com o genocídio. O caudilho petista denuncia o genocídio, mas mantém em pé os acordos com Israel que o viabilizam e financiam.

A correlação de forças é favorável ainda ao sionismo porque a burguesia e seus agentes políticos no estado preservam em nosso país os interesses sionistas. É favorável porque dentro do PT se manifestam posições reacionárias pró-Israel. É favorável, sobretudo, porque as direções sindicais se negam à organização de ações coletivas e manifestações que estrangulem os interesses sionistas no Brasil. Portanto, somente será favorável à luta antissionista quando forem derrubados os projetos reacionários e expulsos os agentes sionistas do país, quando as massas passarem por cima dos bloqueios burocráticos e impuserem ao governo Lula a ruptura de todos os acordos com Israel com a luta de classes.

Desde a conformação do movimento sionista em finais do século XIX, o marxismo se mostrou um inimigo irreconciliável desse movimento nacionalista organizado, financiado e armado pelo imperialismo inglês e, posteriormente, norte-americano, para controlar Oriente Médio. A criação de um estado étnico-racial baseado no apartheid é a máscara do expansionismo monopolista na região. Não é por acaso que racismo hoje se volta, preferencialmente, contra muçulmanos que habitam as terras que devem passar sob controle da burguesia imperialista e de sua fração sionista, particularmente.

É a revolução proletária que avançará na destruição do estado de Israel, criando um outro estado palestino socialista, em que os povos, raças, etnias e nacionalidades se unirão cooperativamente na construção do estado operário. E será também a revolução proletária em nosso país que abrirá caminho à expropriação e expulsão de imperialistas e sionistas, ao julgamento dos crimes da burguesia com seus Tribunais Populares, pondo em pé um estado operário que fará da solidariedade internacionalista com os povos oprimidos uma política de Estado, ajudando na derrota e seus opressores e genocidas.